

CONCURSO PÚBLICO

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CADERNO DE ENCARGOS

NOVEMBRO 2020

ÍNDICE

Cláusula 1.ª	Objeto do Contrato	2
Cláusula 2.ª	Documentos Integrantes do Contrato	2
Cláusula 3.ª	Princípio Geral de Responsabilidade	3
Cláusula 4.ª	Obrigações do Cocontratante	4
Cláusula 5.ª	Subcontratação	7
Cláusula 6.ª	Deveres de Informação	7
Cláusula 7.ª	Preço	8
Cláusula 8.ª	Prazo e Modo de Pagamento	9
Cláusula 9.ª	Prazos de Execução	10
Cláusula 10.ª	Casos Fortuitos ou de Força Maior	10
Cláusula 11.ª	Sanções	11
Cláusula 12.ª	Sanções Pecuniárias	12
Cláusula 13.ª	Extinção do Contrato	14
Cláusula 14.ª	Revogação por Acordo	14
Cláusula 15.ª	Caducidade	14
Cláusula 16.ª	Impossibilidade do Cumprimento, Incumprimento e Incumprimento Definitivo	15
Cláusula 17.ª	Resolução pela Porto Lazer, E.M.	16
Cláusula 18.ª	Resolução pelo Cocontratante	18
Cláusula 19.ª	Compromisso de Resolução Amigável	19
Cláusula 20.ª	Foro	19
Cláusula 21.ª	Não Exoneração de Cumprimento	19
Cláusula 22.ª	Dever de Confidencialidade	20
Cláusula 23.ª	Proteção de dados pessoais	21
Cláusula 24.ª	Comunicações entre as Partes	23
Cláusula 25.ª	Prazos	23
Cláusula 26.ª	Alterações ao Contrato	23
Cláusula 27.ª	Alterações das Partes no Contrato	24
Cláusula 28.ª	Invalidade Parcial do Contrato	24

CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção e aquisição de bens de sistemas de deteção - SADI, SADIR e SADG - e sistemas de CCTV, para as instalações e infraestruturas, geridas pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., e melhor identificadas no presente Caderno de Encargos e seus anexos.

Cláusula 2.ª

Documentos Integrantes do Contrato

1. O contrato integrará os seguintes documentos:
   a) O clausulado contratual;
   b) Os esclarecimentos, erros, omissões e retificações relativas ao Caderno de Encargos desde que esses erros tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato, não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e, que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.
3. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato designados nas alíneas b) a e) do n.º 1 da presente Cláusula, a prevalência obedece à ordem por que vêm aí enunciados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, designado de CCP) e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

5. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

Cláusula 3.ª

Princípio Geral de Responsabilidade

a) A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.

b) O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.

c) O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:

   a) de fornecimento de equipamento de segurança diverso, designadamente, equipamento de deteção automático de incêndio, de intrusão e roubo, de deteção de gases, equipamento de Comunicação GPRS, aquisição de equipamento CCTV, acessórios e componentes associados, para as instalações e infraestruturas, geridas pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., nos termos do **Anexo I (Tabelas 1 e 3)** ao presente caderno de encargos;

   b) de prestação de serviços de ligação, manutenção e piquete, de acordo com a rede de infraestruturas gerida pela Ágora – Cultura e Desporto E. M., e conforme tipologia de sistemas de segurança eletrónica instalados e/ou instalar, constantes do **Anexo I (Tabelas 1 e 2)** ao presente caderno de encargos, designadamente:

   b1) Monitorizar os sistemas de controlo e segurança das infraestruturas, designadamente, verificação de sinais de alarme dos sistemas de intrusão e roubo, dos sistemas de deteção de incêndio;

   b2) Monitorizar os sistemas de controlo de vídeo verificação dos circuitos fechados de televisão, instalados ou a instalar;

   b3) Garantir a assistência e manutenção anual dos sistemas de SADI, SADIR, CCTV e SADG;

   b4) Assegurar um serviço de atendimento ao cliente, 24 horas por dia, traduzido na gestão de ocorrências e reclamações;

   b5) Assegurar serviços de assistência técnica, 24 horas por dia, na modalidade ilimitada de intervenções, aos sistemas automáticos de deteção de incêndio-SADI, de deteção de intrusão e roubo-SADIR, sistemas de ligação à central de receção e monitorização de alarme, sistema de deteção de Gases-SADG e sistemas de circuito fechado de televisão-CCTV (instalados ou a instalar);

b6) Assegurar os serviços de ligação de receção e monitorização de alarmes, devendo para tanto possuir equipamento e software de gestão de alarmes que garanta registos automáticos das horas de receção de alarmes e das horas de execução das chamadas telefónicas e garantir a execução de procedimentos em caso de alarme, nomeadamente:

a. Realização da comunicação de confirmação de cancelamento – serviço de chamada e/ou mensagem de texto de comprovação em situação de desativação precedido de disparo;
b. Realização de comunicação de retorno em caso de alarme – serviço de chamada telefónica efetuada aos responsáveis das infraestruturas, para verificação da natureza do alarme;
c. Assegurar um serviço de verificação do acontecimento desencadeador do disparo de alarme – envio de piquete de intervenção e/ou comunicação com as autoridades.

b7) Assegurar um Serviço ronda de segurança, que inclui deslocações às infraestruturas de um piquete de intervenção, para verificação e inspeção em caso de emergência e disparo de alarme, na modalidade ilimitada de verificações;

b8) Assegurar um sistema de identificação seguro nas comunicações estabelecidas, mediante recurso a e utilização de códigos (senhas e contrassenhas);

b9) Assegurar um serviço de aviso de falhas de abastecimento de corrente elétrica mediante envio de SMS ou através comunicação telefónica;

b10) Assegurar um serviço de acesso Web que permita aceder a toda a informação e dados referentes ao sistema de alarme instalado e que, nomeadamente, inclua: gestão de faturação; gestão de contratos; gestão de controlo de acessos que permite relatórios detalhados de ativação e desativação do sistema de alarme de intrusão; gestão de contactos;

b11) Assegurar um serviço de gestão de acessos consubstanciado na guarda das chaves das infraestruturas protegidas;

b12) Assegurar um serviço de emergência médica, autoridades policiais e bombeiros - serviço antipânico - ativado através de sinal existente no teclado do alarme.

2. Decorrem ainda para o Cocontratante as seguintes obrigações:
   a) Prestar à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., de forma atempada e programada e/ou sempre que esta lho solicite, todas as informações pertinentes à boa execução do Contrato, bem como cumprir todos os deveres de informação previstos no presente Caderno de Encargos;
   b) Ser responsável pela segurança de pessoas e bens afetos ao fornecimento e serviço contratado, bem como pelas condições de higiene e segurança dos equipamentos que colocar à disposição ao abrigo do Contrato a celebrar;
   c) Ser responsável por quaisquer danos causados a terceiros pelas pessoas e/ou bens afetos à montagem, desmontagem e funcionamento dos equipamentos a fornecer;
   d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
   e) Dispor de recursos humanos em qualidade e número adequados para levar a cabo as ações exigidas pela execução do Contrato. Para tanto, o Cocontratante contratará e manterá ao seu serviço o pessoal técnico necessário e adequado à boa execução do serviço contratado;
   f) Cumprir as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis às atividades objeto do Contrato.
3. O Cocontratante não pode obter e/ou auferir qualquer outra receita relacionada com o objeto do presente procedimento pré-contratual, que não a prevista no contrato a celebrar.
4. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente, sobre acidentes e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal ao seu serviço, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
5. Todos os custos relacionados com a execução do Contrato serão da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 5.ª

Subcontratação

1. O Cocontratante poderá, nos termos legais, recorrer à utilização de outras pessoas (singulares ou coletivas) por si contratadas para a realização de algumas das prestações incluídas no Contrato, sem que tal implique qualquer diminuição da sua responsabilidade.
2. Qualquer contratação de Terceiros pelo Cocontratante deverá ser previamente autorizada pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., à qual deverão ser entregues os documentos de habilitação relativos ao Terceiro cuja contratação é pretendida, nos termos do disposto no artigo 318.º n.º 3 alínea a) do CCP.
3. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer uma das pessoas/entidades acima referidas que tenham sido contratadas pelo Cocontratante, ainda que por si previamente aceites, em caso de comprovada incompetência ou negligência no exercício das suas funções, comportamentos graves, ou ainda sempre e quando estas passem a estar legalmente impedidas de contratar com entidades públicas.
4. Constitui especial dever do Cocontratante promover e exigir a qualquer parte terceira com quem venha a contratar que tome as medidas necessárias para salvaguarda da integridade física do público em geral e do pessoal afeto à execução das atividades incluídas no Contrato, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 6.ª

Deveres de Informação

1. Durante todo o período de duração do Contrato, o Cocontratante será obrigado, nomeadamente, a:
   a) Dar conhecimento imediato à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. de qualquer emergência que ocorra no âmbito da execução do Contrato;

b) Dar conhecimento imediato à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações ou que possa constituir causa de suspensão, interrupção ou cessação de alguma ou todas as atividades objeto do Contrato;

c) Dar conhecimento imediato à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. da necessidade ou conveniência de se proceder a uma qualquer intervenção ou a um trabalho que não se encontre incluído no âmbito da Contrato;

d) Fornecer à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., por escrito e no menor prazo possível, relatório circunstanciado e fundamentado das situações constantes da alínea anterior, integrando eventualmente a contribuição de entidades exteriores ao Cocontratante e de reconhecida competência, com indicação das correspondentes medidas tomadas ou a implementar, para a superação daquelas situações;

e) Manter a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., permanentemente informada sobre quaisquer situações que tenham ou possam ter impacto/repercussão na execução do objeto do Contrato.

2. O incumprimento dos prazos estabelecidos para quaisquer obrigações previstas no n.º 1 da presente cláusula poderá determinar a aplicação de sanções, de acordo com o disposto na 0 e, se grave e reiterado, poderá determinar a resolução do Contrato nos termos da 0.

Cláusula 7.ª

Preço

1. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., pagará ao Cocontratante apenas os serviços efetivamente prestados, bem como os materiais e equipamentos efetivamente fornecidos, sendo que, no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.
2. Em sede de execução do contrato, o valor contratual global poderá, eventualmente, atingir o valor total máximo de **€ 45.728,00 (quarenta e cinco mil setecentos e vinte e**

oito euros), atentas as necessidades de aquisição de equipamento e de serviços que surjam para a Entidade Adjudicante, considerando que:

a) No que respeita à prestação de serviços de Ligação, Manutenção e Piquete, o preço máximo que o Contraente Público está disposto a pagar é de 14.628,00 €;

b) No que respeita à aquisição de equipamentos e acessórios de segurança eletrónica, o preço máximo que o Contraente Público está disposto a pagar é de 31.100,00 €.

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, designadamente deslocação, fornecimento, montagem (incluindo utilização de sistemas elevatórios), mão de obra, configuração e programação dos equipamentos e acessórios.

Cláusula 8.ª

Prazo e Modo de Pagamento

1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados, bem como dos materiais e equipamentos efetivamente fornecidos será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas nas instalações da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., as quais deverão ser emitidas após o cumprimento das obrigações a que se referem.
2. O valor a faturar corresponderá aos bens/serviços efetivamente adquiridos/efetuados, mediante solicitação da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., sendo o preço a pagar apurado em conformidade com os preços parciais/unitários contratualizados.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números anteriores, a fatura será paga por cheque ou por transferência bancária para a instituição bancária indicada pelo Cocontratante.

Cláusula 9.ª

Prazos de Execução

1. Sem prejuízo das obrigações necessárias que devam ser executadas noutros prazos e outras que devam perdurar para além da cessação do contrato, o serviço/fornecimento/instalação deverá ser realizado desde a assinatura do contrato até ao dia 31 de dezembro de 2021, ou quando for atingido o valor contratual.
2. A produção de efeitos do contrato a celebrar só poderá ocorrer após 01 de janeiro de 2021.

Cláusula 10.ª

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
3. Para efeitos dos números anteriores, considera-se caso de força maior, o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou que, para a sua verificação, não tenha comprovadamente contribuído, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível ou inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, nomeadamente:
   a) Atos de guerra ou subversão;
   b) Epidemias;
   c) Ciclones;
   d) Tremores de terra, fogo, raios, inundações que afetem as instalações ou capacidade produtiva das partes;
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que impliquem atrasos ou prejuízos na execução do contrato

ou o agravamento do seu custo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, indicando o prazo previsível para o restabelecimento da situação.

5. O Cocontratante deve, no prazo de vinte e quatro (24) horas a contar do conhecimento da ocorrência, por correio eletrónico, fax ou carta registada com aviso de receção, notificar a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a realidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do contrato.
6. Se o Cocontratante não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos, no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve notificá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
7. O incumprimento pelo Cocontratante do disposto nos números anteriores, implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos nos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula.

Cláusula 11.ª

Sanções

1. Sem prejuízo das responsabilidades do Cocontratante perante Terceiros e da aplicação de penalidades por outras entidades com competência para tal, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá aplicar ao Cocontratante sanções pecuniárias, de acordo com o disposto nas Cláusulas expressamente previstas neste Caderno de Encargos e/ou no Contrato e, desde que o incumprimento do Cocontratante decorra de atos ou omissões que lhe sejam imputáveis.
2. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá aplicar as sanções pecuniárias que estejam previstas ao longo do Contrato, bem como admoestar o Cocontratante e dar conhecimento e/ou publicitar o ato ou omissão que der origem à aplicação da sanção, da forma que entender.

3. Na aplicação das sanções a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. atuará segundo um princípio de proporcionalidade e basear-se-á em critérios de razoabilidade que ponderem, na escolha da sanção a aplicar, a gravidade e/ou reiteração do comportamento a sancionar.

Cláusula 12.ª

Sanções Pecuniárias

1. O incumprimento, a mora ou o cumprimento defeituoso das obrigações do Cocontratante, incluindo as obrigações relativas ao cumprimento de prazos, confere à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. o direito de aplicação de sanções pecuniárias.
2. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá aplicar sanção pecuniária ao Cocontratante nas seguintes situações, sem prejuízo de outras previstas ao longo do presente Caderno de Encargos:
   a) Falta de cumprimento das obrigações legais e contratuais relativas a prazos;
   b) Desobediência a determinações, instruções e diretivas da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., no âmbito dos seus poderes de direção, fiscalização e aprovação;
   c) Falta de apresentação atempada de relatórios e/ou de prestação de informações ou outros elementos solicitados pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.;
   d) Violação de qualquer norma legal, regulamentar ou contratual;
3. Caso o fundamento da aplicação da sanção pecuniária consista em mora do Cocontratante no cumprimento de obrigações para si emergentes do Contrato, a sanção pecuniária poderá ser aplicada por cada dia de atraso no cumprimento da obrigação em falta.
4. As sanções pecuniárias que forem aplicadas nos termos dos números anteriores não poderão exceder:
   a) 2% do valor contratual por cada dia de atraso;

b) 20% do valor contratual para cada um de todos os restantes casos.

5. As sanções pecuniárias serão exigíveis nos termos fixados na notificação a dirigir ao Cocontratante e a sua aplicação deve ser precedida de comunicação escrita da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ao Cocontratante, dando-lhe conhecimento dessa sua intenção, dos motivos que a determinam e do valor liquidado, concedendo-lhe um prazo não inferior a 10 (dez) dias a contar da notificação para pagar ou deduzir a sua defesa.
6. As sanções pecuniárias fixadas pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. nos termos dos números anteriores serão exigíveis, nos termos por esta comunicados ao Cocontratante, na decisão sobre a defesa apresentada pelo Cocontratante, nos termos do n.º 4 da presente Cláusula.
7. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá reduzir o montante da sanção pecuniária aplicada nos termos dos números anteriores sempre que esse montante se mostre desajustado em relação ao concreto comportamento a sancionar e/ou em relação aos prejuízos reais sofridos pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. podendo esta, se assim o entender, anular a aplicação de qualquer sanção pecuniária quando se verifique que as atividades previstas no Contrato foram bem executadas e/ou os atrasos no cumprimento dos prazos foram totalmente recuperados.
8. As sanções pecuniárias aplicadas nos termos deste Caderno de Encargos poderão ser cumulativas.
9. A aplicação de sanções pecuniárias que, cumulativamente, atinjam 20% do preço contratual, confere à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. o direito de resolver o Contrato, nos termos da 0.
10. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. decida não resolver o Contrato por daí resultar grave dano, o aludido limite poderá ser elevado para 30%.
11. As sanções pecuniárias previstas neste Caderno de Encargos são estabelecidas sem prejuízo do direito à indemnização pelo dano excedente que ao caso eventualmente couber.

Cláusula 13.ª

Extinção do Contrato

1. Sem prejuízo da extinção com o cumprimento, o Contrato extingue-se nos casos previstos na lei e ainda nos seguintes casos:
   a) Por revogação acordada entre as Partes;
   b) Pelo decurso do prazo;
   c) Pelo exercício do direito de resolução.
2. Salvo nos casos em que o contrário resulte expressamente deste Caderno de Encargos, o Cocontratante não terá direito a ser indemnizado, a qualquer título, em virtude da extinção do Contrato.

Cláusula 14.ª

Revogação por Acordo

As Partes podem, a qualquer momento, acordar na revogação total ou parcial do Contrato, definindo os seus efeitos.

Cláusula 15.ª

Caducidade

1. O Contrato caduca no termo do prazo fixado na 0 do presente Caderno de Encargos.
2. Caducando o Contrato, o Cocontratante responsabilizar-se-á pela cessação dos efeitos dos contratos celebrados com Terceiros no âmbito do mesmo, não assumindo a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. qualquer responsabilidade nessa matéria, a menos que expressamente manifeste a vontade de ocupar a posição contratual do Cocontratante.

Cláusula 16.ª

Impossibilidade do Cumprimento, Incumprimento e Incumprimento Definitivo

1. Verificando-se a comprovada impossibilidade do cumprimento integral e total do Contrato pelo Cocontratante ou pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., conforme for o caso, em virtude da ocorrência de um caso de Força Maior, nos termos do disposto na 0, o Cocontratante ou a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., respetivamente, poderão resolver o Contrato, através de notificação da Parte que pretende a resolução à outra Parte.
2. Se o Cocontratante cumprir defeituosa ou inexatamente qualquer das suas obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável ou não as cumprir de forma pontual, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá notificá-lo para, dentro de um prazo não superior a 2 (dois) dias:
   a) Cumprir correta e atempadamente as obrigações em falta;
   b) Repor a normalidade da situação;
   c) Proceder de acordo com outra instrução razoável especificada naquela notificação.
3. Findo o prazo referido no número anterior sem que o Cocontratante tenha sanado o incumprimento e/ou agido em conformidade com a notificação da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., esta poderá, mediante mera notificação ao Cocontratante e independentemente de qualquer outra formalidade:
   a) Optar por substituir-se ao Cocontratante, promovendo, a expensas deste, o desenvolvimento, direta ou por intermédio de Terceiro, das atividades não executadas; ou
   b) Considerar o incumprimento como definitivo e resolver o Contrato nos termos do disposto na 0.
4. Se o incumprimento defeituoso ou o incumprimento parcial ou total das obrigações do Cocontratante conduzirem, no livre entender da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., à impossibilidade definitiva do cumprimento ou à perda do interesse da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. na execução do Contrato, esta poderá optar por

resolver de imediato o Contrato nos termos do disposto na 0, sem necessidade de efetuar as comunicações prévias previstas nos números anteriores.

5. O disposto nos números anteriores não invalida a aplicação pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. das sanções previstas na 0 nem qualquer outro direito de natureza indemnizatória nos termos gerais de direito.
6. Se a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. incumprir as obrigações que para ela resultarem do Contrato, o Cocontratante deve, sob pena de ineficácia dos direitos que lhe assistem face à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. em virtude desse incumprimento, notificá-la para que, num prazo razoável, cumpra as suas obrigações ou reponha a normalidade da situação.
7. No caso previsto no número anterior o Cocontratante pode ainda invocar a exceção de não cumprimento desde que notifique a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. da sua intenção de exercer qualquer um destes direitos, bem como os respetivos fundamentos, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias relativamente à data em que pretender exercê-los.
8. Se, uma vez invocada a exceção de não cumprimento pelo Cocontratante, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. entender que a mesma implica um grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente ao Contrato, deve esta reconhecer esse facto, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação a que se refere o número anterior, mediante resolução fundamentada nos termos previstos no n.º 4 do artigo 327.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Resolução pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

1. Além dos casos de violação reiterada ou grave, pelo Cocontratante, das disposições legais ou do Contrato e dos casos em que tal direito se encontre expressamente atribuído por lei ou no Contrato, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá ainda resolver o Contrato, sem que o Cocontratante tenha direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:
   a) Desvio do objeto do Contrato;

b) Incumprimento definitivo do Contrato, por facto imputável ao Cocontratante, declarado nos termos do disposto na 0;

c) Cessação, interrupção ou suspensão, total ou parcial, do desenvolvimento das atividades do Contrato, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respetiva causa;

d) Incumprimento por parte do Cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.;

e) Cessão da posição contratual do Cocontratante ou subcontratação das atividades incluídas no Contrato, realizadas em contradição com os termos previstos neste Caderno de Encargos para essas duas situações;

f) Verificação da ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento das atividades incluídas no Contrato, designadamente em termos que possam comprometer a realização dos Eventos nas condições exigidas pela lei ou neste Caderno de Encargos;

g) Aplicação de multas e sanções pecuniárias ao Cocontratante, nos termos deste Caderno de Encargos, cujo valor acumulado exceda o limite previsto na 0 deste Caderno de Encargos;

h) Incumprimento pelo Cocontratante de decisões arbitrais ou judiciais relativas ao Contrato;

i) Declaração de insolvência, estado de liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação de empresa ou inabilitação judicial ou administrativa do exercício da atividade social relativamente ao Cocontratante;

j) Condenação do Cocontratante por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade profissional e o impeça de desenvolver qualquer uma das atividades que irão constituir objeto do Contrato;

k) Falta de pagamento, pelo Cocontratante, de quaisquer impostos, taxas ou contribuições;

l) Exercício, pelo Cocontratante, de prática fraudulenta que lese o interesse público;

m) Falta de cumprimento, pelo Cocontratante, de decisões ou sentenças proferidas relativas à execução do Contrato;

n) Prestação, pelo Cocontratante, de indicações ou informações falsas à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

2. A resolução opera mediante notificação enviada pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ao Cocontratante indicando o motivo justificativo da resolução, uma vez cumpridos os procedimentos estabelecidos na 0, se aplicáveis.

3. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. pode ainda resolver o Contrato por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, mediante o pagamento ao Cocontratante de justa indemnização nos termos legais.

Cláusula 18.ª

Resolução pelo Cocontratante

1. O Cocontratante poderá resolver o Contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Para poder operar a resolução do Contrato tem de, cumpridos os procedimentos estabelecidos na 0, recorrer à via judicial, alegando as razões que determinam o seu direito à resolução.
3. A resolução do contrato pelo Cocontratante depende da verificação pelo tribunal judicial da validade da sua pretensão, operando apenas com o trânsito em julgado da sentença que a determine em definitivo.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 7 da 0, o Cocontratante não poderá interromper ou suspender o cumprimento das suas obrigações até à efetiva resolução do Contrato nos termos do número anterior, comprometendo-se ainda a prestar todo o auxílio que lhe seja solicitado pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. relativamente à transição para outra entidade, uma vez cessado o Contrato.
5. A resolução nos termos deste artigo implica o pagamento pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ao Cocontratante de uma indemnização pelos prejuízos diretamente decorrentes da resolução, nos termos gerais de direito.

Cláusula 19.ª

Compromisso de Resolução Amigável

1. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração do disposto no Contrato, as Partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e modo de composição de interesses, de forma a obter uma solução concertada para a questão.
2. Caso tenha decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sobre a data de início da tentativa de resolução amigável prevista no número anterior, sem que as Partes desavindas tenham chegado a um consenso, qualquer das Partes em litígio poderá, a todo o momento, dar por finda a tentativa de resolução amigável e submeter a questão à resolução do foro competente, de acordo com o disposto na cláusula seguinte.

Cláusula 20.ª

Foro

Para quaisquer questões emergentes do Contrato e seus Anexos, nomeadamente, as relativas à sua interpretação, integração ou execução, mora, incumprimento ou cumprimento defeituoso, ou com a sua validade e/ou eficácia, ou de quaisquer das suas disposições, serão decididas por via judicial, sendo competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª

Não Exoneração de Cumprimento

A submissão de qualquer questão ao tribunal não exonera o Cocontratante do exato e pontual cumprimento do Contrato e das determinações da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., nem permite qualquer suspensão, interrupção e/ou cessação do desenvolvimento das atividades integradas no Contrato, as quais deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

Cláusula 22.ª

Dever de Confidencialidade

1. As Partes obrigam-se a manter e considerar como confidenciais, durante a vigência do Contrato e nos 5 (cinco) anos posteriores à sua cessação, todos os dados, informações e registos a que tenham acesso em virtude do estabelecido no Contrato e/ou que tenham recebido da outra Parte, com a menção de serem secretos ou confidenciais ou cuja confidencialidade resulte da sua própria natureza, só podendo dar conhecimento do seu conteúdo a Terceiros com o prévio consentimento escrito da outra Parte.
2. As Partes devem assegurar que o seu pessoal guarde a confidência referida no número anterior e tomar todas as medidas necessárias ou úteis para tal.
3. As obrigações de confidencialidade previstas neste artigo não se aplicarão aos dados, informações e registos que:
   a) Já sejam do domínio público quando da receção dos mesmos;
   b) Passem, de acordo com a lei aplicável, a ser do domínio público após a sua receção;
   c) A Parte prove ter já na sua posse legítima, quando da sua receção, sem terem sido diretamente obtidos da outra Parte.
4. As Partes desde já acordam que os dados, informações e registos referidos nesta cláusula poderão ser transmitidos a autoridades, assessores, instituições financeiras ou seguradoras, para a obtenção de autorizações, pareceres, financiamentos ou seguros necessários no âmbito do Contrato.
5. Os terceiros referidos nesta cláusula não incluem qualquer entidade com a qual a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ou o Cocontratante celebrem contratos no âmbito do Contrato cuja execução implique a utilização dos elementos previstos nesta cláusula, nem com quem tenha contactado para o mesmo efeito, desde que esses terceiros assumam por escrito as obrigações de confidencialidade.
6. O dever de confidencialidade estabelecido nesta cláusula para a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. e para o Cocontratante, não prejudicará o cumprimento das obrigações legais de informação e/ou publicitação a que as Partes estejam ou venham a estar sujeitas.

7. A utilização pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. dos dados, informações e registos a que tenha ou possa vir a ter acesso em virtude do Contrato, na preparação e lançamento de um ou mais futuros procedimentos para a contratação de serviços com conteúdo ou objeto idêntico ao do Contrato, assim como a disponibilização desses dados, informações ou registos à entidade que venha a suceder ao Cocontratante na prestação de todos ou alguns dos Serviços incluídos no objeto do Contrato não constituirá violação das obrigações de sigilo e confidencialidade que resultam do presente artigo para a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

Cláusula 23.ª

Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante e a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. obrigam-se, durante a vigência do contrato (e, sempre que exigível, após a sua cessação), a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, tais como, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. e para o IMPIC, IP.
2. O Cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
3. A subcontratação de prestações que envolvam o tratamento de dados pessoais carece de autorização prévia da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. que deverá ser realizada nos termos legalmente previstos para o efeito. O Cocontratante é responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, mesmo que seja por subcontratado.

4. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o Cocontratante para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
5. Caso o Cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do mesmo, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
6. No caso previsto no número anterior, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá compensar os custos suportados não só através do pagamento de eventuais quantias que sejam devidas ao Cocontratante, como também do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou, ainda, através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
7. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Cocontratante, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A..
8. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. resolver o contrato.
9. Caso o Cocontratante impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 5 da presente cláusula, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá resolver o contrato, com fundamento em incumprimento muito grave por parte do mesmo.
10. Finda a vigência do contrato, sem prejuízo das obrigações legais, o Cocontratante tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., consoante a opção definida pelo gestor do contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A..
11. Na ausência de indicação do gestor do contrato o Cocontratante deve eliminar, sem prejuízo das obrigações legais, e dados que deverão ser mantidos por imposição legal

12. Caso o cocontratante seja provedor de redes e sistemas de informação, o Cocontratante deve garantir, quando aplicáveis, todos os requisitos específicos constantes da RCM 41/2018 e classificados como obrigatórios, a fim de assegurar o respeito pelas normas presentes no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Cláusula 24.ª

Comunicações entre as Partes

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.ª

Prazos

Os prazos incluídos no Caderno de Encargos contam-se em dias de calendário, sendo aplicável o disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 26.ª

Alterações ao Contrato

1. Todas e quaisquer alterações ao Contrato serão válidas e eficazes entre as Partes se constarem de documento escrito por ambas assinado, do qual conste a indicação da cláusula do Contrato suprimida ou alterada e, se for o caso, o teor da alteração e/ou das novas cláusulas a incluir.
2. Para além do número anterior, o Contrato poderá ainda, nos termos legais, ser alterado unilateralmente pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. se, por razões de interesse público, tal alteração se mostrar necessária e/ou adequada.

3. No âmbito dos poderes que lhe assistem nos termos do número anterior, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá alterar as disposições contratuais respeitantes ao conteúdo e modo de execução das atividades incluídas no Contrato.
4. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. dará conta ao Cocontratante dessa sua intenção mediante comunicação fundamentada, dirigida a esta com a antecedência razoável de acordo com a natureza e o âmbito da modificação imposta, considerando-se a referida imposição aplicável a partir da data de produção dos efeitos constante daquela comunicação.

Cláusula 27.ª

Alterações das Partes no Contrato

1. O Cocontratante não poderá ceder ou por qualquer outro modo transmitir a sua posição no Contrato, total ou parcialmente, a título gratuito ou oneroso, ou realizar qualquer negócio jurídico visando tal finalidade, sem a prévia aprovação da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., sendo aplicável o disposto no artigo 319.º do CCP.
2. A prática de qualquer ato em violação do disposto no número anterior, para além da sua ineficácia perante a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., confere a esta o direito de aplicar sanções ao Cocontratante nos termos da 0 e/ou de resolver o Contrato de acordo com o disposto na 0.
3. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá ceder ou por qualquer outro modo transmitir, a todo o tempo, total ou parcialmente, a sua posição no Contrato, para o que o Cocontratante, ao celebrar o Contrato, presta o seu consentimento.

Cláusula 28.ª

Invalidade Parcial do Contrato

1. A eventual nulidade, anulabilidade ou ineficácia de qualquer das cláusulas que vierem a constituir o Contrato, não implica por si só a sua invalidade total, devendo as Partes, se tal se verificar, procurar por acordo modificar ou substituir a ou as cláusulas inválidas ou ineficazes por outras, o mais rapidamente possível e por forma a salvaguardar a plena

validade e eficácia do Contrato e a realização das suas prestações de acordo com o espírito, finalidades e exigências deste.

2. Caso as Partes não cheguem a acordo será aplicável o disposto nas 0 e seguintes do presente Caderno de Encargos.

Anexo I ao Caderno de Encargos

Especificações técnicas

De acordo com a Rede de infraestruturas geridas pela Ágora, e conforme **tabela 1**, que discrimina a tipologia dos sistemas de deteção instalados, ou a instalar, infra determina-se os trabalhos a efetuar pela prestação de serviços e/ou aquisição de equipamentos, durante a vigência do contrato, a saber:

I – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (tabela 2 – prestação de serviços):

1. Monitorizar os sistemas de controlo e segurança das infraestruturas, designadamente, verificação de sinais de alarme dos sistemas de intrusão e roubo, dos sistemas de deteção de incêndio.

2. Monitorizar os sistemas de controlo de vídeo verificação dos circuitos fechados de televisão, instalados ou a instalar.

3. Garantir a assistência e manutenção anual dos sistemas de SADI, SADIR, CCTV e SADG.

4. Assegurar um serviço de atendimento ao cliente, 24 horas por dia, traduzido na gestão de ocorrências e reclamações.

5. Assegurar serviços de assistência técnica, 24 horas por dia, na modalidade ilimitada de intervenções, aos sistemas automáticos de deteção de incêndio-SADI, de deteção de intrusão e roubo-SADIR, sistemas de ligação à central de receção e monitorização de alarme, sistema de deteção de Gases-SADG e sistemas de circuito fechado de televisão-CCTV (instalados ou a instalar).

6. Assegurar os serviços de ligação de receção e monitorização de alarmes, devendo para tanto possuir equipamento e software de gestão de alarmes que garanta registos automáticos das horas de receção de alarmes e das horas de execução das chamadas telefónicas e garantir a execução de procedimentos em caso de alarme, nomeadamente:

a. Realização da comunicação de confirmação de cancelamento – serviço de chamada e/ou mensagem de texto de comprovação em situação de desativação precedido de disparo;
b. Realização de comunicação de retorno em caso de alarme – serviço de chamada telefónica efetuada aos responsáveis das infraestruturas, para verificação da natureza do alarme;
c. Assegurar um serviço de verificação do acontecimento desencadeador do disparo de alarme – envio de piquete de intervenção e/ou comunicação com as autoridades.

7. Assegurar um Serviço ronda de segurança, que inclui deslocações às infraestruturas de um piquete de intervenção, para verificação e inspeção em caso de emergência e disparo de alarme, na modalidade ilimitada de verificações.

8. Assegurar um sistema de identificação seguro nas comunicações estabelecidas, mediante recurso a e utilização de códigos (senhas e contrassenhas).

9. Assegurar um serviço de aviso de falhas de abastecimento de corrente elétrica mediante envio de SMS ou através comunicação telefónica.

10. Assegurar um serviço de acesso Web que permita aceder a toda a informação e dados referentes ao sistema de alarme instalado e que, nomeadamente, inclua: gestão de faturação; gestão de contratos; gestão de controlo de acessos que permite relatórios detalhados de ativação e desativação do sistema de alarme de intrusão; gestão de contactos.

11. Assegurar um serviço de gestão de acessos consubstanciado na guarda das chaves das infraestruturas protegidas.

12. Assegurar um serviço de emergência médica, autoridades policiais e bombeiros - serviço antipânico - ativado através de sinal existente no teclado do alarme.

II – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA E ACESSÓRIOS (tabela 3 – aquisição de equipamentos):

1. Aquisição de equipamento de segurança diverso, designadamente, equipamento de deteção automático de incêndio, de intrusão e roubo, de deteção de Monóxido Carbono (CO) ou de Gás Combustível, equipamento de Comunicação GPRS, aquisição de equipamento CCTV, acessórios e componentes associados, tudo conforme artigos discriminados na lista constante do **tabela 3 – aquisição de equipamentos,** que faz parte integrante do presente caderno de encargos.

Outras obrigações:

- As intervenções mediante requisição da Ágora, devem ser realizadas no prazo estipulado pelas partes;
- Assiste à Ágora o direito de fiscalizar e supervisionar, toda ou qualquer intervenção de manutenção, e/ou fornecimento realizada pelo adjudicatário;
- Após a execução, o adjudicatário dispõe do prazo de cinco dias úteis para remeter à Ágora os respetivos relatórios técnicos das manutenções efetuadas e/ou fornecimentos efetuados, devidamente assinados e validados;
- O adjudicatário deverá comparecer ou fazer-se representar, sempre que para tal for convocado pela Ágora;
- A título acessório, o adjudicatário fica, ainda, obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais adequados à execução do serviço para o qual foi contratado;
- As empresas concorrentes, devem ser certificadas, possuir alvará nos termos da alínea a) e c) do nº 2 do artigo 14º da Lei nº 34/2013 de 16 de maio com as alterações introduzidas pela Lei nº 46/2019 de 8 de julho (Alvará A e Alvará C), e cumprir o estabelecido no artigo 57º da Portaria nº 273/2013 de 20 de agosto.

Notas:

- Todos os valores apresentados são preços unitários máximos, com exceção dos campos relativos ao "Total", que corresponde à soma dos valores unitários.
- Todos os locais referidos são dentro da cidade do Porto.

Junta: 3 Tabelas

Tabela 1

REDE DE INFRAESTRUTURAS		TIPOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS						
REMUPI		**SADI**	**LIGAÇÃO A EMPRESA SEGURANÇA**	**SADIR**	**LIGAÇÃO A EMPRESA SEGURANÇA**	**CCTV**	**LIGAÇÃO A EMPRESA SEGURANÇA**	**SADG**
1	PISCINA DE CARTES	**X**	**X**	**X**	**X**			
2	P. CONSTITUIÇÃO	**X**	**X**	**X**	**X**			
3	P. ENG.ARMANDO PIMENTEL	**X**	**X**	**X**	**X**			
REMUPA								
4	PAV. LAGARTEIRO	**X**	**X**	**X**	**X**			
5	PAV.FONTES PEREIRA MELO	**X**	**X**	**X**	**X**			
6	PAV. NICOLAU NASONI	**X**	**X**	**X**	**X**			
7	PAV.PÊRO VAZ CAMINHA	**X**	**X**	**X**	**X**			
8	PAV. IRENE LISBOA	**X**	**X**	**X**	**X**			
9	PAV. VISO	**X**	**X**	**X**	**X**			
REMUGC								
10	POLID. CHOUPOS	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	
11	CAMPO SINT. VISO	**X**	**X**	**X**	**X**			
12	PARQUE DESP. RAMALDE	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**		
13	CAMPO FUTEBOL PARQUE CIDADE	**X**	**X**	**X**	**X**			
PARQUES DE ESTACIONAMENTO								
14	PARQUE SILO AUTO	**X**	**X**			**X**		
15	ARMAZÉM DO SILO AUTO	**X**	**X**					
16	PARQUE POVEIROS	**X**	**X**			**X**		**X**
17	PARQUE DO PALÁCIO	**X**	**X**			**X**		**X**
REMUTE								
18	TEATRO RIVOLI	**X**		**Avaria**				
19	TEATRO CAMPO ALEGRE	**X**		**X**				
20	CENTRO DE RESIDÊNCIAS	**X**	**X**			**X**		
SEDE								
21	**SEDE**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	

Tabela 2 - Prestação de Serviços de Ligação Manutenção e Piquete

	INFRAESTRUTURAS		Art.º	DESIGNAÇÃO	Unidade	Preço Máximo Mensal	Preço Máximo Anual	Peso
PRESTAÇÃO SERVIÇOS	REMUPI	Piscina Eng.º Armando Pimentel	1	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			2	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			3	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Piscina de Cartes	4	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			5	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			6	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Piscina da Constituição	7	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			8	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			9	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
	REMUPA	Pavilhão Fontes Pereira de Melo	10	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			11	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			12	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Pavilhão Irene Lisboa	13	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			14	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			15	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Pavilhão Pêro Vaz de Caminha	16	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			17	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			18	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A

		Pavilhão Nicolau Nasoni	19	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			20	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			21	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Pavilhão do Viso	22	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			23	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			24	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Pavilhão do Lagarteiro	25	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			26	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			27	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
	REMUGC	Campo Sintético do Viso	28	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			29	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			30	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Campo dos Choupos	31	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			32	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			33	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Parque Desportivo de Ramalde	34	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			35	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			36	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Campo de Futebol do Parque da Cidade	37	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			38	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			39	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A

	PARQUES ESTACIONAMENTO	Poveiros	40	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			41	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			42	SADG - Manutenção anual	Un	€ 35,00	420,00 €	A
		Palácio de Cristal	43	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			44	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			45	SADG - Manutenção anual	Un	€ 30,00	360,00 €	A
		Silo Auto	46	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			47	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
		Armazém Silo Auto	48	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
	SEDE	Sede	49	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			50	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			51	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
	TEATROS	Rivoli	52	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 40,00	480,00 €	A
		Campo Alegre	53	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 32,50	390,00 €	A
			54	SADIR - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 10,50	126,00 €	A
		Centro Residências	55	SADI - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A
			56	CCTV - Ligação/Manutenção/Piquete	Un	€ 21,00	252,00 €	A

Tabela 3 - Aquisição de Equipamentos e Acessórios de Segurança

	Art.º	DESIGNAÇÃO	Unidade	Preço Máximo	Peso
AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO	1	Central analógica controlo e sinalização de 2 zonas, tipo Detectomat	Un	173,57 €	B
	2	Central analógica de controlo e sinalização de 4 zonas, tipo Crossfire	Un	178,93 €	B
	3	Central analógica de controlo e sinalização de 8 zonas, tipo Crossfire	Un	397,14 €	B
	4	Bateria de apoio à central	Un	16,96 €	B
	5	Comunicador com módulo e cartão GSM/GPRS incorporado	Un	133,21 €	B
	6	Sirene interior, 90-110DB	Un	45,04 €	B
	7	Sirene autoalimentada, exterior, 90-120DB, Strobe, IP65 mínimo	Un	85,41 €	B
	8	Bateria de apoio à sirene exterior	Un	16,96 €	B
	9	Detetor de fumos Ótico	Un	23,18 €	B
	10	Base de Detetor de fumos Ótico	Un	3,48 €	B
	11	Detetor de fumos térmico e termovolucimétrico	Un	23,04 €	B
	12	Base de Detetor de fumos térmico e termovolucimétrico	Un	3,48 €	B
	13	Sinalizador de luz, com Led de alta intensidade	Un	19,35 €	B
	14	Botoneira manual de alarme de incêndio	Un	23,25 €	B
	15	Central de incêndio endereçável, 1 loop, Display Touch Screen, s/bateria de apoio	Un	1 150,00 €	B
	16	Central de incêndio endereçável, 2 loop's, Display Touch Screen, s/bateria de apoio	Un	1 500,00 €	B
	17	Bateria(s) de apoio à central	Un	16,96 €	B
	18	Sirene interior, endereçável, 90-110DB	Un	82,04 €	B
	19	Sirene autoalimentada, exterior, endereçavel,90-120DB, Strobe, IP65 mínimo	Un	85,41 €	B
	20	Bateria de apoio à sirene exterior	Un	16,96 €	B
	21	Detetor de fumos Ótico, endereçável, c/ saída p/ sinalizador	Un	31,59 €	B
	22	Base de Detetor de fumos Ótico	Un	3,48 €	B
	23	Detetor de fumos térmico e termovolucimétrico, endereçável, c/ saída p/ sinalizador	Un	35,54 €	B
	24	Base de Detetor de fumos térmico e termovolucimétrico	Un	2,08 €	B
	25	Detetor de fumos por feixe, c/ refletor, alcance 100mts máx.	Un	620,71 €	B
	26	Kit 3 refletores para a Barreira convencional de infravermelhos por feixe; 100 metros	Un	143,84 €	B
	27	Botoneira endereçável de alarme de incêndio	Un	42,41 €	B
	28	Módulo de I/0, 1 entrada, 1 saída, p/centrais	Un	42,36 €	B
	29	Central de controlo e sinalização de Intrusão c/ módulo de comunicação GSM/GPRS	Un	310,17 €	B
	30	Bateria(s) de apoio à central	Un	16,96 €	B
	31	Teclado wireless	Un	143,44 €	B

32	Chaves encriptadas RFID	Un	4,11 €	B
33	Detetor magnético wireless	Un	66,87 €	B
34	Detetor wireless interior c/sensor de movimento	Un	32,28 €	B
35	Detetor wireless interior c/sensor de movimento e camara integrada	Un	141,67 €	B
36	Detetor wireless exterior c/sensor de movimento e camara integrada de cortina	Un	153,07 €	B
37	Detetor de movimento exterior, c/suporte e baterias Lithium incluídas	Un	360,33 €	B
38	Central de controlo e sinalização de monóxido de carbono	Un	609,74 €	B
39	Detetor eletroquímico de monóxido de carbono	Un	73,79 €	B
40	Base para detetor eletroquímico de monóxido de carbono	Un	8,89 €	B
41	Detetor semicondutor de monóxido de carbono	Un	129,65 €	B
42	Base para detetor semicondutor de monóxido de carbono	Un	8,89 €	B
43	Sinalizador ótico-acústico com informação: "Atmosfera Saturada" ou "Atmosfera Perigosa"	Un	67,29 €	B
44	Sinalizador ótico-acústico transparente (sem informação)	Un	44,61 €	B
45	Dístico com informação: "Atmosfera Saturada" ou "Atmosfera Perigosa"	Un	11,75 €	B
46	Fonte de alimentação a baterias, para apoio à central, com autonomia mínima de 60 minutos	Un	213,57 €	B
47	Gravador Digital de 4 canais, híbrido, compressão de gravação H264 no mínimo, Resolução de gravação: 1080p no mínimo, Saídas VGA e HDMI, de preferência com saídas de alarme	Un	308,26 €	B
48	Gravador Digital de 8 canais, híbrido, compressão de gravação H264 no mínimo, Resolução de gravação: 1080p no mínimo, Saídas VGA e HDMI, de preferência com saídas de alarme	Un	416,09 €	B
49	Gravador Digital de 16 canais, híbrido, compressão de gravação H264 no mínimo, Resolução de gravação: 1080p no mínimo, Saídas VGA e HDMI, de preferência com saídas de alarme	Un	736,73 €	B
50	Câmara tipo "bullet" HDCVI ou HDTVI, resolução: 2mp mínimo, c/ IR c/ alcance 20mts mínimo, IP66 mínimo	Un	189,54 €	B
51	Câmara tipo "dome" HDCVI ou HDTVI, resolução: 2mp mínimo, c/ IR c/ alcance 20mts mínimo, IP66 mínimo	Un	232,44 €	B
52	Câmara tipo "dome" HDCVI ou HDTVI, resolução: 5mp mínimo, c/ IR c/ alcance 20mts mínimo, IP66 mínimo, lente Motorizada Varifocal 2.7-13.5mm	Un	283,42 €	B
53	Antena tipo Ubiquiti M5-300 5ghz	Un	236,26 €	B
54	Suporte Universal exterior p/antenas	Un	46,30 €	B
55	Disco de 4 TB tipo Western Digital Purple, SATA	Un	188,49 €	B
56	Disco de 8 TB tipo Western Digital Purple, SATA	Un	348,57 €	B
57	Fonte de alimentação 220v 12vdc 5A	Un	30,36 €	B
58	Fonte de alimentação c/caixa 220v 24vdc 5A	Un	369,64 €	B
59	Fichas BNC	Un	0,73 €	B
60	Monitor TFT 19" VGA	Un	133,21 €	B
61	a) Cablagem para sistema de Incêndio - metro linear	Un	2,12 €	B
62	b) Cablagem para sistema de Intrusão - metro linear	Un	1,91 €	B

	63	c) Cablagem para sistema de Gases (CO) - metro linear	Un	2,12 €	B
	64	d) Cablagem para sistema de CCTV - metro linear	Un	2,50 €	B
	65	e) Calhas ou tubos para acondicionamento de toda a cablagem - metro linear	Un	2,72 €	B